

JUVENTUDES E PROJETO DE VIDA: PERSPECTIVAS DE JOVENS DA ESCOLA CENTRO DE ENSINO LÚCIA CHAVES, ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

YOUTH AND LIFE PROJECTS: PERSPECTIVES OF STUDENTS FROM THE LÚCIA CHAVES EDUCATION CENTER IN SÃO LUÍS, MARANHÃO

Gabriel da Silva Behenck¹, Poliana Cardoso Oliveira^{2*}, Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati²

1 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)/CCA, São Luís (MA), Curso de Agronomia.

2 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)/CCA, São Luís (MA), Departamento de Economia Rural.

RESUMO: A manutenção das atividades produtivas no meio rural brasileiro sofre com o esvaziamento e envelhecimento, tornando-se pertinente a compreensão dos desafios enfrentados pelos jovens. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a construção do projeto de vida de jovens residentes na zona rural do bairro de Vila Esperança, São Luís/MA, considerando suas percepções sobre a permanência ou saída do campo e as experiências familiares e comunitárias relacionadas ao trabalho rural. Foi realizada a pesquisa em uma escola localizada no município de São Luís, com aplicação de questionário a 43 jovens do ensino médio. Os dados foram tabulados utilizando-se de estatísticas descritivas. Os resultados mostram que apesar de os responsáveis familiares não trabalharem diretamente com agricultura, existe uma compreensão positiva sobre a importância da agricultura, apesar de existir a possibilidade de iniciar tais atividades no futuro, a maioria dos alunos deseja se mudar para centros urbanos, devido às dificuldades e falta de oportunidades que atualmente enxergam no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência no campo. Juventude rural. Migração.

ABSTRACT: The continuity of productive activities in Brazil's rural areas has been affected by depopulation and demographic aging, making it essential to understand the challenges faced by young people. This article aims to analyze the factors that influence the construction of life projects among students from basic and secondary education who come from rural backgrounds in São Luís, Maranhão. More specifically, the study examines the elements that shape the life projects of young residents of the rural area of Vila Esperança, São Luís/MA, considering their perceptions regarding staying in or leaving the countryside, as well as their family and community experiences related to rural work. The research was carried out in a public school located in the municipality of São Luís, through the application of a questionnaire to 43 high school students. The data were organized using descriptive statistical methods. The results indicate that although the students' families do not work directly in agriculture, there is a positive perception regarding the importance of agricultural activities. Despite this, and despite acknowledging the possibility of engaging in such activities in the future, most students express a desire to move to urban centers due to the difficulties and lack of opportunities they currently perceive in rural areas.

KEYWORDS: Permanence in the countryside. Rural Youth. Migration.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, a agricultura familiar possui papel significativo no abastecimento e fornecimento alimentar às famílias brasileiras, apresentando uma diversidade de formas de produzir e produtos. Este fato confere uma vantagem para o processo de desenvolvimento econômico, principalmente acerca da permanência das famílias no meio rural e geração de renda no campo, como afirma Vieira (2019).

A manutenção das atividades produtivas no meio rural brasileiro corre sério risco com o seu esvaziamento e envelhecimento, pois não havendo sucessores para a atividade agrícola a sustentabilidade da pequena unidade produtiva familiar estará ameaçada a médio e longo prazo (Maia, 2014). O processo migratório do campo se dá em sua maioria por jovens que se deparam com uma triste realidade cercada por uma perspectiva de falta de acesso a bens, serviços e desigualdade social, além das tensões por disputas pela posse da terra (Barcellos, 2009).

No que se refere às características da agricultura familiar, é a dimensão intergeracional. Para Stobienia (2023), existe a sucessão gradual de pai para filho da propriedade, no qual ocorre a transferência do sentimento afetivo em relação ao trabalho e ao solo, além do patrimônio familiar e outros recursos imateriais. Neste sentido, passa-se a responsabilidade aos sucessores de conduzir o negócios e fazê-lo prosperar.

De acordo com Diamor e Sudré (2021), o jovem rural vivencia uma experiência na qual desde sua infância acompanha a dinâmica produtiva da família, muitas vezes contribuindo nas atividades, observando, aprendendo-as e seguidamente contribuindo também para o trabalho produtivo. Assim, por vezes a escolha de sua futura profissão pode ser influenciada por sua vivência no campo, favorecendo o processo de sucessão. Para Nottar e Favretto (2021), a entrada precoce dos jovens nas atividades rurais da propriedade, permite que eles se desenvolvam e aprendam cada vez mais conhecimentos das técnicas de produção agrícola.

Almeida e Magalhães (2011), destacam os valores transmitidos pela família que permitem a continuidade da identidade familiar ao longo do tempo. Considera-se ainda que a transmissão geracional não ocorre somente dentro das fronteiras familiares, mas também pelos valores culturais de determinada sociedade na qual o indivíduo está inserido sendo a família um núcleo de cultura, com seus costumes e tradições que funcionam como uma lente através da qual se interpreta a realidade.

Stropasolas (2014), contribui ao salientar que os jovens de origem rural fazem parte de grupos sociais que dispõem de uma lógica de organização e funcionamento das suas atividades econômicas, assim como particularidades culturais e históricas na vida social. Isso implica em modos de aprendizagem e socialização com a família, a comunidade, de interação com o trabalho, a natureza, os ciclos climáticos, além de aspectos da cultura, do tempo e do espaço que estimulam a valorização do convívio coletivo entre as gerações.

Ao considerar a juventude como uma fase em que o indivíduo define escolhas, a exemplo da profissional, o Projeto de Vida, emerge como expressão do senso comum, e pode significar a proposição de sonhos, perspectivas de futuro, planos e projetos (Queiroz, 2022). O tema chegou às escolas brasileiras em meados de 2011, por meio do programa de Educação em Tempo Integral (Brasil, 2012), e resultou numa expressiva diminuição da taxa de evasão no Ensino Médio em estados que o implementaram de forma massiva.

Levando em consideração que o jovem rural lida com o desafio de ser portador dos aspectos culturais e tradicionais ao mesmo tempo em que também absorve diferentes configurações de valores que marcam a vida na sociedade moderna, Velho (2003), destaca-

ca que há um campo de possibilidades que é típico de nossa sociedade, e é a partir deste campo de possibilidades que o jovem rural vai estabelecer seu projeto de vida, no qual ele considera as possibilidades de permanecer ou não em áreas rurais.

Segundo Carneiro (2007), as juventudes rurais mobilizam identidades, repertórios culturais e formas próprias de participação social que permitem compreender o campo não apenas como um espaço de esvaziamento, mas como território de criação, resistência e afirmação de modos de vida. Nessa perspectiva, Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014) apontam que coletivos juvenis, associações, grupos de jovens e redes de apoio desempenham papel decisivo na revitalização comunitária, ampliando as possibilidades de protagonismo político e fortalecendo iniciativas que afirmam a agricultura familiar, os vínculos territoriais e o sentimento de pertencimento. Esse conjunto de práticas revela que os jovens constroem estratégias de permanência articuladas a processos organizativos, educativos e produtivos, evidenciando que o campo é espaço de disputa e reinvenção social.

No contexto maranhense, Pereira (2018) demonstra que juventudes vinculadas a comunidades tradicionais, associações e movimentos sociais desenvolvem experiências produtivas, formativas e culturais que reforçam identidades locais e possibilitam a construção de alternativas de futuro no meio rural. Em análise complementar, Schwendler (2019) observa que práticas agroecológicas e processos formativos realizados por jovens em diferentes regiões do Nordeste consolidam redes de resistência e inovação social, contribuindo para a permanência qualificada no campo. Essas evidências reforçam que a juventude rural maranhense atua de forma ativa na defesa de seus territórios, na reivindicação de políticas públicas e na produção de novas possibilidades de desenvolvimento social e comunitário.

São grandes as incertezas e desafios nas propriedades rurais familiares sobre as perspectivas para o futuro, no cenário agrícola no país. É tendo em vista esses aspectos que este artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a construção do projeto de vida de jovens residentes do bairro de Vila Esperança, São Luís/MA, considerando suas percepções sobre a permanência ou saída do campo e as experiências familiares e comunitárias relacionadas ao trabalho rural. Importante ressaltar que neste artigo ao se tentar compreender tal questão, serão investigados jovens escolares no município de São Luís, com perfil etário de 12 a 17 anos.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da área de estudo

O município de São Luís é a capital do estado do Maranhão, está inserido na Mesorregião Norte Maranhense, dentro da Microrregião Aglomeração Urbana de São Luís que abrange uma área de 1412 km², possui uma população de aproximadamente 1.037.775 habitantes e densidade demográfica de 1.779,87 habitantes/km² (IBGE, 2022).

Em 2021, segundo o IBGE (2022) o salário médio mensal correspondia a 3,1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,91%. No ano de 2021, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,9, e para os anos finais, era 4,4 (IBGE, 2022).

A cidade de São Luís, de acordo com o INEP (2022), conta com 86,72% das escolas de educação básica localizadas no centro urbano e 13,28% estando presente na zona rural, onde da totalidade do quantitativo de escolas 22,38% pertencente a rede Estadual com 121 escolas, 35,40% a rede Municipal de ensino com 197 colégios, 40,45% pertencentes a

rede privada com 418 unidades e apenas 1% representando a rede de ensino Federal com 3 Institutos Federais e um Colégio Universitário. Segundo os dados do Censo Escolar (IBGE, 2022), o número de matrículas nas escolas no ano de 2021, totalizou a quantidade de 221.383 matrículas a qual 41.597 é o quantitativo de alunos matriculados no Ensino infantil, 135.073 no Ensino fundamental e 44.713 alunos matriculados no Ensino médio.

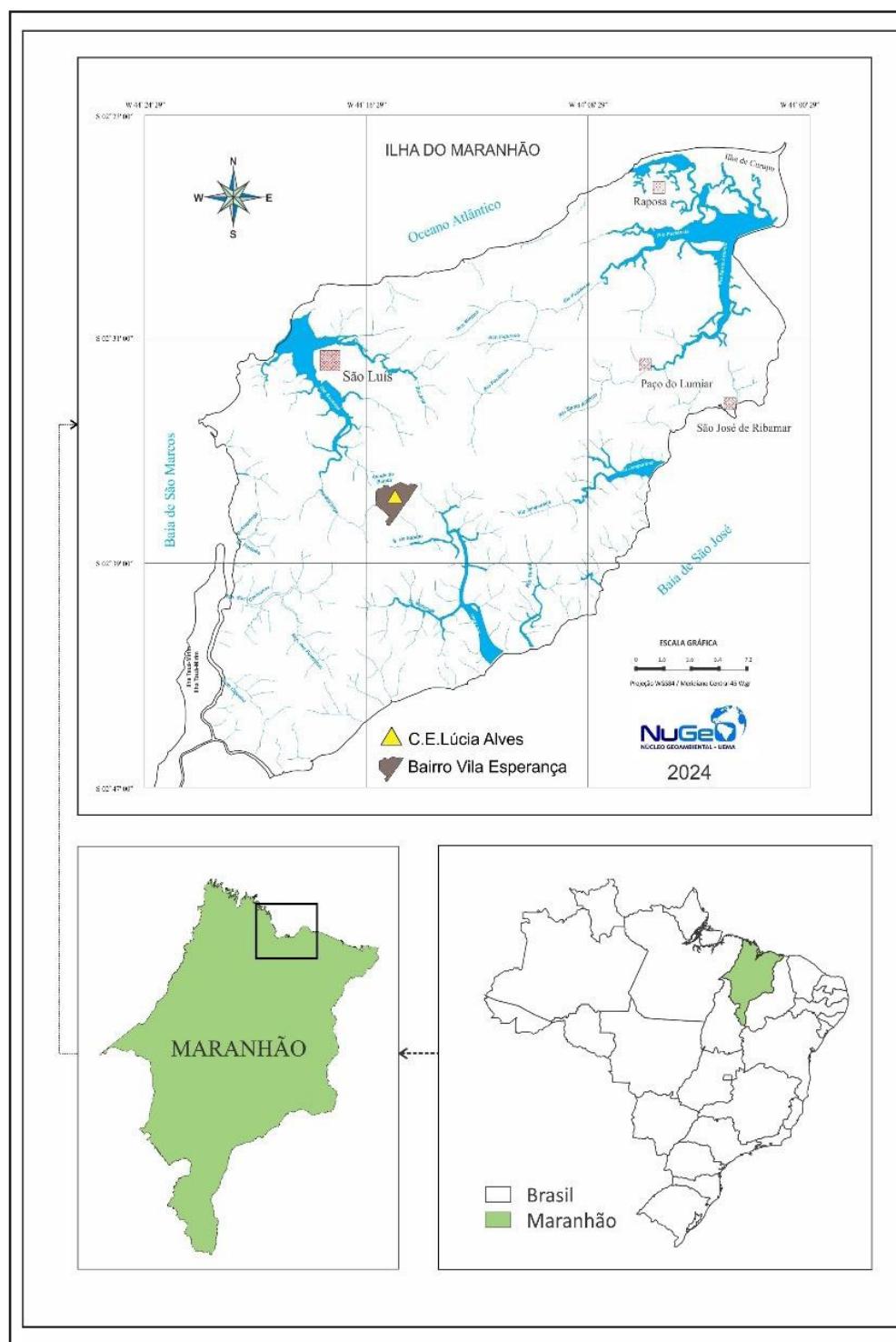
Ao contextualizar o lócus desta pesquisa, a mesma ocorreu no distrito Vila Esperança, na Escola Centro de Ensino Lúcia Chaves da rede estadual de ensino. É importante destacar que de acordo com a Lei Nº4669, de 11 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís, principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade socioambiental. As áreas rurais são definidas em seu Art. 2º, como:

Parte do território municipal em que predominam as atividades econômicas primárias, com potencial agrícola, pecuário, aquícola, pesqueiro, extrativista e agroindustrial; caracteriza-se, também, pela presença de enclaves urbanos e pela descontinuidade espacial da extensão dos serviços e equipamentos públicos" (Plano Diretor do Município, 2023, p. 4).

A mesma Lei, estabelece que os limites entre a zona urbana e zona rural estão definidos no Mapa de Delimitação Urbana e Rural. Nesse mesmo mapa, do Plano de Diretor do município de São Luís, o bairro se localiza em sua maior parte em área urbana, havendo também áreas rurais. Em complemento, na pesquisa de Santana (2022), a autora explica com base em critérios administrativos e de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, que o município de São Luís está dividido em sete distritos sanitários: Centro, Itaqui Bacanga, Coroadinho, Cohab, Bequimão, Tirirical e Vila Esperança; e 355 localidades incluindo bairros, vilas, povoados, fazendas, sítios, usinas e porto. Ainda de acordo com a autora, o distrito sanitário (DS), Vila Esperança é composto por 103 bairros, sendo 07 bairros urbanos e 96 bairros rurais, localizado na região Sul da Ilha de São Luís, entre a área industrial e zona rural, ao lado da BR 135, ocupando uma área de 297 hectares possuindo 2300 famílias com aproximadamente 10 mil habitantes, e área territorial de 200 km².

Portanto, considerando que o Centro de Ensino Lúcia Chaves, recebe estudantes de diferentes bairros do distrito, a pesquisa que deu origem a este artigo, se filia as correntes que consideram a definição de urbano e rural, levando em conta a definição do Plano Diretor para áreas rurais, critérios de infraestrutura, como também critérios de pertencimento, dinamismo e modos de vida adotados pelos participantes da pesquisa. Portanto, o local de aplicação da pesquisa se encontra no bairro da Vila Esperança na zona rural de São Luís, na Escola Centro de Ensino Lúcia Chaves da rede estadual de ensino (Figura 1).

Figura 1. Localização da Escola Centro de Ensino Lucia Chaves em São Luís – MA



Fonte: Elaborado para essa pesquisa pelo Núcleo Geoambiental – UEMA (2024)

2.2 Procedimento metodológico

A pesquisa é de caráter exploratório, sendo a primeira etapa a realização da pesquisa bibliográfica abrangendo a respeito o tema da pesquisa, bem como definição de urbano/rural; agricultura; projeto de vida, juventude e sucessão familiar em relação ao ambiente de vivência e estudos. Foram consultadas bases de dados científicas, bem como artigos e livros, periódicos relevantes e outras fontes confiáveis para identificar estudos, teorias

e abordagens metodológicas relacionadas ao tema. A segunda etapa foi a elaboração do questionário, contendo questões objetivas e discursivas abordando os principais aspectos do objetivo da pesquisa. Foram formuladas 20 questões, e a aplicação do questionário teve abrangência de 43 participantes incluindo alunos do ensino médio, sendo duas turmas distintas: uma turma de 2º ano, com 26 alunos e uma turma de 3º ano com 17 estudantes.

Os procedimentos que antecederam a aplicação do questionário, consistiram em uma aproximação de campo, no qual a pesquisa foi apresentada para a direção da escola, os objetivos e principais pontos da investigação. Em seguida, após a anuência da escola por escrito, foi acordado junto a direção o melhor período para aplicação dos questionários.

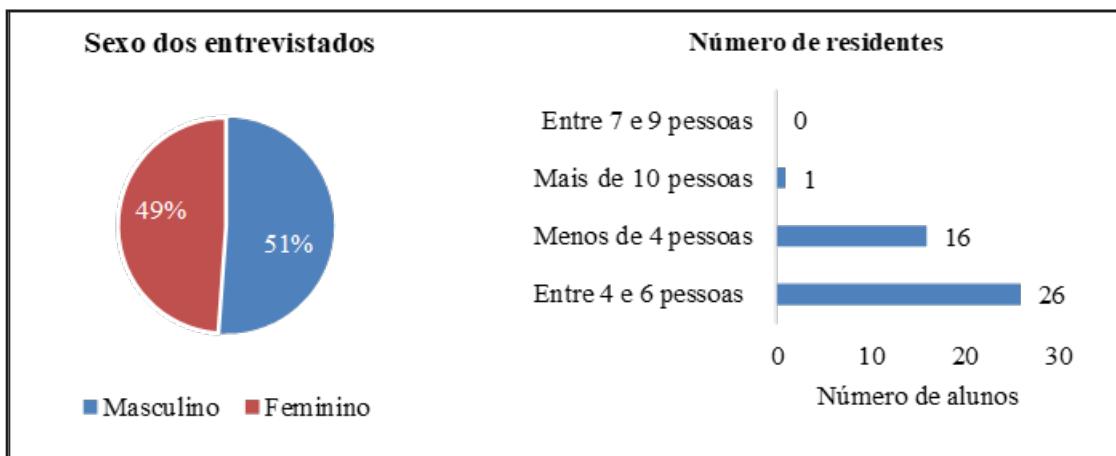
Os dados coletados por meio do questionário foram tabulados utilizando o software Excel da Microsoft, e analisados utilizando-se de estatística descritiva para identificar tendências, padrões e variáveis investigadas. Os procedimentos adotados respeitarão os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a confidencialidade dos participantes e o uso responsável das informações coletadas. A pesquisa seguiu os princípios éticos previstos na Resolução 510/2016 do CNS, garantindo anonimato, confidencialidade e participação voluntária dos estudantes. A escola autorizou formalmente a aplicação dos questionários e todos os participantes foram informados sobre os objetivos e natureza da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do quantitativo total de alunos, os representantes do sexo masculino representam, 51%, como mostra a Figura 2, que ilustra o perfil de gênero da turma. É também possível observar que se trata de um perfil de gênero equilibrado. Além disso, ao analisar o número de familiares residentes nas famílias dos entrevistados, observa-se que na maior parte das residências o grupo familiar é composto por um quantitativo variando de 4 a 6 pessoas.

A respeito deste aspecto, Brasil (2022), complementa ao afirmar que, os residentes das áreas rurais se encontram em contínua redução, implicando no tamanho médio das famílias brasileiras. Esse número caiu de 3,62 para 3,07 pessoas por família, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Figura 2. Perfil de gênero dos alunos participantes e número de pessoas por residência



Fonte: autores (2024)

Nota-se que nenhuma das famílias dos alunos exercem profissões que estejam ligados diretamente à produção agrícola, seja patronal ou familiar. A grande maioria (27) dos

responsáveis familiares (Quadro 1), trabalham como autônomos, sendo alguns, microempreendedores. Apesar de não haver especificações, destaca-se também os responsáveis que trabalham com carteira assinada. Ressalta-se que houve muitas respostas (15) apontando que a mãe exerce os afazeres do lar (assumindo papel reprodutivo), ao passo que ao se referir ao pai, as respostas indicam o trabalho fora da unidade familiar, assumindo o papel produtivo.

Segundo Federici (2019), o trabalho reprodutivo, é historicamente realizado pelas mulheres e corresponde às atividades de cuidado, manutenção da vida cotidiana e organização doméstica, sendo fundamental para a reprodução social, ainda que invisibilizado e raramente reconhecido como trabalho. A partir dessa perspectiva, a análise das respostas evidencia que, entre as mães dos estudantes, parte desempenha exclusivamente tarefas domésticas, enquanto outra parcela exerce atividades remuneradas, como empregada doméstica ou enfermeira, acumulando responsabilidades produtivas e reprodutivas. Essa sobreposição indica que, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres seguem carregando a maior parte das atividades de cuidado e do trabalho doméstico, o que reforça desigualdades de gênero e revela como a divisão sexual do trabalho estrutura o cotidiano das famílias pesquisadas.

Conforme argumentam Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho organiza socialmente o que é atribuído a homens e mulheres, produzindo a naturalização das tarefas domésticas como responsabilidade feminina e associando o trabalho remunerado ao universo masculino. Nos dados analisados, os pais aparecem majoritariamente vinculados ao trabalho produtivo, exercendo ocupações externas e remuneradas, sem menção à participação em atividades domésticas. Essa distinção, observada nas respostas, é importante para compreender como essas dinâmicas influenciam as percepções dos jovens sobre futuro profissional, responsabilidades familiares e construção de seus projetos de vida, já que o cotidiano marcado por assimetrias de gênero tende a ser internalizado e reproduzido nas expectativas dos estudantes.

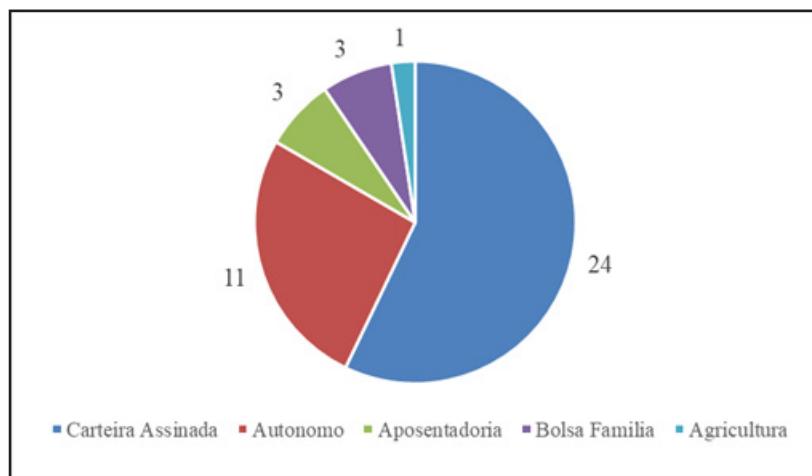
Quadro 1. Profissões dos pais ou responsáveis

Profissões dos pais ou responsáveis	
Soldador	Personal Trainer
Empregada doméstica	Autônomo
Técnico (diversos setores)	Enfermeira
Servidor Público	Caminhoneiro
Chefe de cozinha	CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)
Engenheiro mecânico	Desempregado

Fonte: autores (2024)

No que diz respeito a principal fonte de renda familiar (Figura 3), apesar dos responsáveis familiares dos alunos não possuírem profissões relacionados ao meio rural, destaca-se que um dos questionários aplicados afirmou que a principal fonte de renda familiar é derivada da agricultura. Os demais, em sua maioria tem como forma de sustento o salário dos responsáveis que possuem carteira assinada, ou renda advinda do trabalho como autônomo.

Figura 3. Principal fonte de renda familiar



Fonte: autores (2024)

Ao verificar a percepção dos participantes da pesquisa a respeito da área em que residem, majoritariamente as respostas reconhecem a vivência em área rural, ainda que como visto anteriormente, o mapa de delimitação Urbana e Rural do município de São Luís, indique que o bairro de Vila Esperança se localize em sua maior parte em área urbana. A respeito deste dado vale trazer as contribuições Kieling e Silveira (2015), que apresentam a compreensão associada a palavra território, e o sentimento de pertencimento dos indivíduos que os vinculam ao meio. E que apesar da e instância de delimitações espaciais, há uma complexidade que envolve o sentimento de pertencimento e valores simbólicos aos quais transmitem diferentes significados aos indivíduos e os vinculam ao meio. A literatura destaca que o pertencimento está associado à apropriação que os indivíduos e grupos sociais percebem em relação àquele espaço.

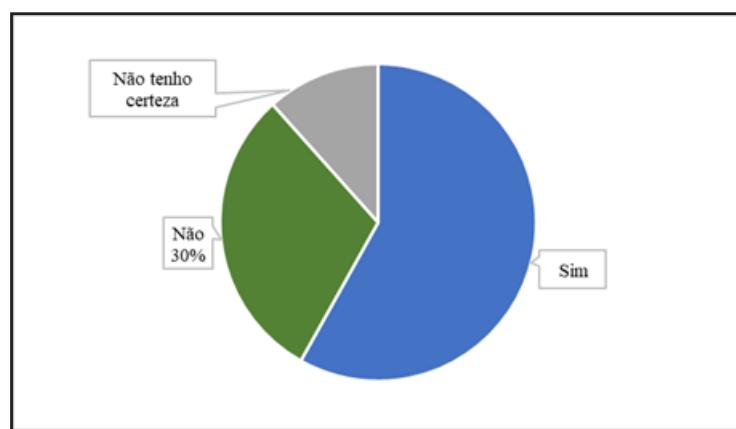
Quando questionados se acreditavam que a educação é importante para alcançar seus objetivos, a maioria dos alunos responderam positivamente, sendo que apenas dois alunos, manifestaram incertezas a respeito. O padrão de respostas é semelhante, para os respondentes ao serem questionados se consideram a agricultura uma importante atividade, apenas um participante demonstrou incerteza. Apesar do panorama positivo, ao considerar a importância da agricultura, 27 alunos nunca realizaram qualquer tipo de atividade no campo, os demais afirmaram já ter participado de alguma atividade produtiva (16 alunos).

Ao investigar a respeito dos projetos futuros, uma parcela considerável dos alunos, desejam futuramente mudar-se para os centros urbanos (Figura 4), mais da metade afirmaram que, pretendem tal mudança, e de acordo com os dados coletados, um aluno explicou que, pretende buscar melhores condições de vida, tendo em vista as dificuldades levantadas pelos mesmos de se viver no rural, sobretudo, devido as condições de difícil acesso e faltas de oportunidades. Este resultado corrobora com as contribuições de Barcellos (2009), que denota a triste realidade no meio rural brasileiro que é cercado por uma perspectiva de falta de acesso a bens e serviços.

Castro (2009) mostra que a associação entre migração campo-cidade e melhoria automática das condições de vida é profundamente marcada por hierarquias sociais e por um ideal urbano que muitas vezes não se concretiza na experiência concreta dos jovens rurais. Na análise da autora, os deslocamentos do campo para a cidade frequentemente resultam na inserção dos jovens em áreas de periferia urbana e rural, situadas em regiões metropolitanas marcadas por precariedade de serviços públicos, instabilidade no tra-

lho e desigualdade no acesso a bens e equipamentos urbanos. Essa perspectiva permite problematizar a ideia de que “ir para a cidade” significa necessariamente morar em áreas centrais e bem estruturadas; ao contrário, aponta que muitos jovens acabam vivendo em territórios periféricos, onde a oferta de transporte, saneamento, educação e saúde é limitada e seletiva. Ao dialogar com esse debate, torna-se essencial questionar, no contexto da pesquisa, para que partes da cidade esses jovens desejam migrar, quais oportunidades de fato estarão disponíveis nesses espaços e em que medida a passagem do rural ao urbano não reproduz, sob outras formas, situações de exclusão e vulnerabilidade.

Figura 4. Pretensão de mudança para área urbana



Fonte: autores (2024)

Fez parte da investigação, levantar os benefícios de residir em uma área rural, e neste sentido, a opinião expressa pelos alunos é equilibrada, uma vez que parte deles (22), afirmaram ter benefícios, como por exemplo: “levar uma vida tranquila”, ou “estar em contato com a natureza”. Contudo, os demais responderam que não identificaram nenhum benefício em morar na zona rural.

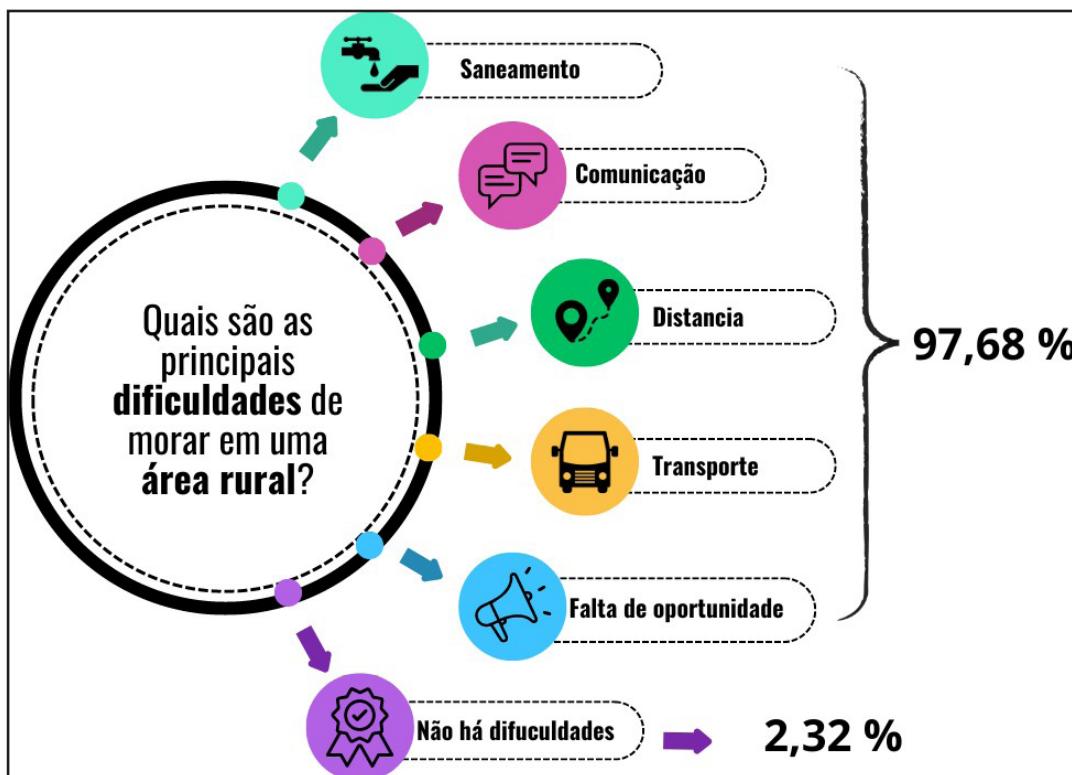
Da mesma forma, os participantes foram questionados a respeito das dificuldades de residir em área rural, apenas um aluno respondeu não possuir adversidades, os demais destacaram a falta de oportunidades, ausência de saneamento básico, mencionaram as dificuldades de acesso à localidade devido a sua distância, condições ruins de comunicação, fatores estes que são agravados pelas condições ruins das vias de acesso e veículos de transportes precários (Figura 5).

Em virtude da atual situação da localidade onde moram, levando em consideração os pontos positivos e negativos apontados pelos mesmos, foi questionado se os participantes enxergavam melhorias no desenvolvimento da localidade onde vivem. Das 43 respostas, 20 apontam que não veem melhorias, enxergando um futuro estagnado e sem perspectivas de melhorias, 10 destes não tiveram certeza ou não souberam responder e 13 alunos acreditam na possibilidade de crescimento no local onde residem (Figura 6).

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico nem à simples expansão de renda, pois envolve a ampliação das liberdades reais que as pessoas possuem para viver a vida que valorizam. Nesse entendimento, a análise das condições de vida ultrapassa indicadores materiais e considera também a liberdade política, o acesso à educação, a saúde, a segurança, a equidade de gênero e a possibilidade de participação social. Ainda conforme o autor, processos de desenvolvimento que promovem crescimento econômico, mas restringem liberdades, aprofundam desigualdades ou excluem determinados grupos sociais, especialmente populações rurais, não podem ser considerados desenvolvimento no sentido substantivo do termo. Essa perspectiva é

fundamental para problematizar se os jovens pesquisados associam “desenvolvimento” a transformações estruturais em seus territórios ou apenas à chegada de infraestrutura e serviços, e também permite questionar se a migração para áreas urbanas representa ampliação de liberdades ou a reprodução de novas formas de vulnerabilidade.

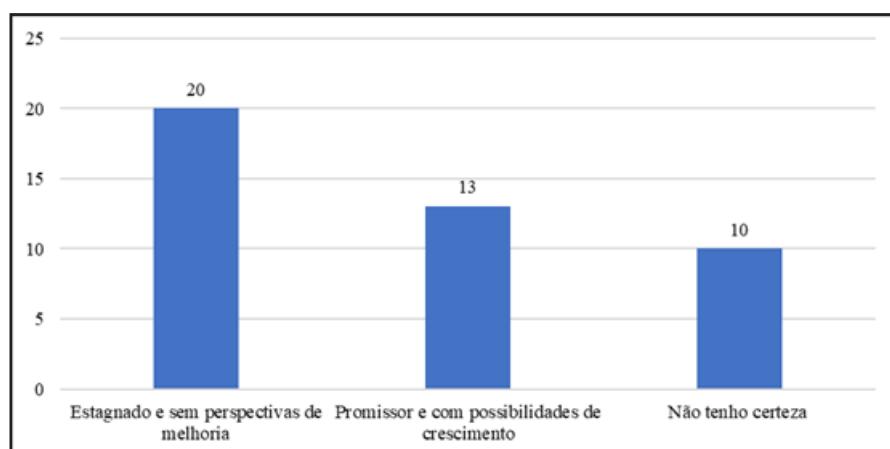
Figura 5. Esquema das principais dificuldades enfrentadas ao residir em área rural, na percepção dos estudantes.



Fonte: autores (2024)

As contribuições de Martins (2020), agregam a este tema no que se refere ao “*ficar ou sair das áreas rurais*” como escolhas excludentes. O autor acentua que muitos jovens deixam o campo e depois retornam. E destaca a respeito deste tema que a saída juvenil não é natural nem inevitável. Para o autor, o Estado deve criar condições para que os jovens vejam o campo como um lugar para realizar seus projetos de vida, favorecendo tanto a permanência quanto o retorno daqueles que migraram.

Figura 6. Perspectiva do futuro da comunidade rural



Fonte: autores (2024)

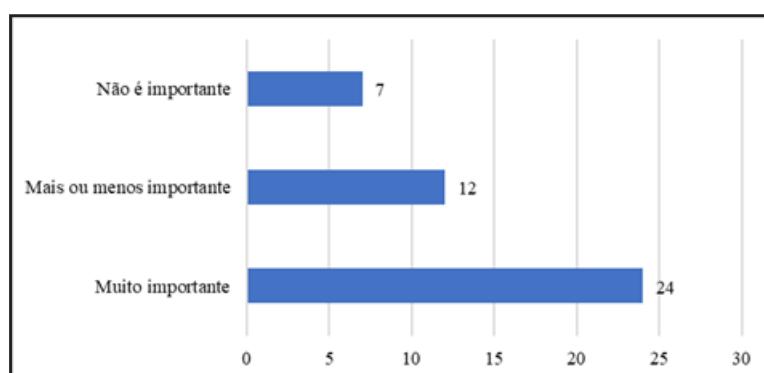
A permanência, de acordo com Martins (2020), depende de vários fatores interligados, tanto objetivos quanto subjetivos. Além de condições estruturais como terra e crédito, e nesse sentido os acesos a educação também influencia os projetos de futuro dos jovens rurais. Oliveira (2021), ressalta que a decisão dos jovens de permanecer ou não em áreas rurais está geralmente ligada a vários fatores como políticas públicas atraentes e programas educacionais que incentivam o desenvolvimento. A proximidade e a atratividade dos centros urbanos também desempenham um papel significativo. Além disso, influências internas, como a composição familiar, nível de riqueza, escolaridade, faixa etária e gênero, são determinantes nessa escolha.

Carneiro (2007) e Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), acentuam que as influências internas que moldam a decisão de migrar, como composição familiar, nível de renda, escolaridade, faixa etária e gênero, não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam em trajetórias sociais marcadas por desigualdades. Jovens de famílias com menor renda e baixa escolarização tendem a experimentar maior pressão para buscar trabalho na cidade, muitas vezes em ocupações precarizadas, enquanto jovens do sexo feminino enfrentam restrições adicionais relacionadas à divisão sexual do trabalho, ao cuidado doméstico e à menor autonomia na tomada de decisão. A interação entre esses fatores demonstra que a mobilidade juvenil não resulta apenas da busca por melhores oportunidades, mas também de condicionantes estruturais que limitam ou ampliam as alternativas possíveis para cada jovem rural.

Para além das contribuições da literatura, é pertinente ressaltar que a maior parte dos jovens, como visto anteriormente, apesar de identificarem a vivência em área rural, apenas 16 participantes sinalizaram que já se envolveram com algum tipo de atividade agrícola, além disso, vimos também que as gerações anteriores não desenvolvem atividades agrícolas (Figura 3).

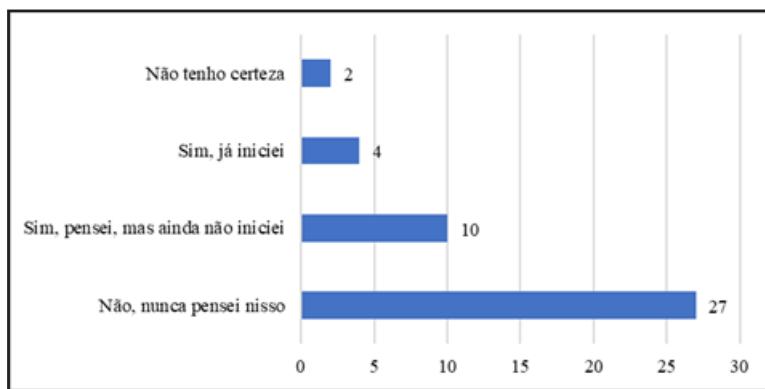
A maioria dos questionários, afirmam que a agricultura é importante para a comunidade onde vivem, e destes, 04 já iniciaram uma atividade dentro do setor do campo, como uma horta para produção de folhosas, ou criação de animais. E apesar de afirmar não ter iniciado nenhum projeto produtivo, 10 alunos já refletiram a respeito da possibilidade de iniciar algumas destas atividades. O restante dos participantes declararam nunca ter pensado na possibilidade (Figura 7 e Figura 8).

Figura 7. Importância da agricultura na comunidade rural e a pretensão de iniciar atividades



Fonte: autores (2024)

Figura 8. Pretensão de iniciar uma horta ou criação de animais



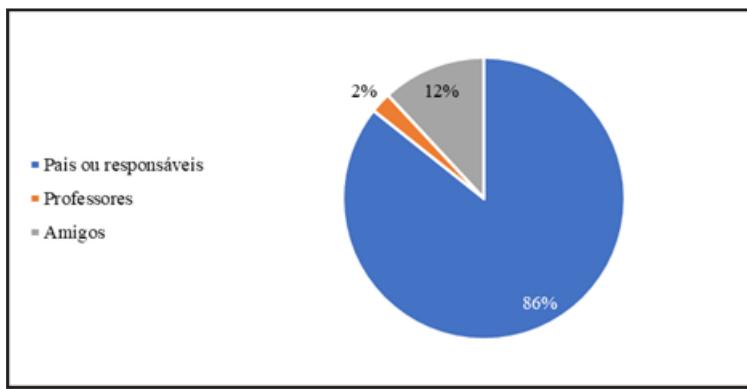
Fonte: autores (2024)

Considerando o interesse deste pequeno grupo, destaca-se que a educação, como afirma Santana (2020), deve pautar-se sempre na busca pela transformação e preparação dos jovens para o futuro, levando em consideração os processos sociais e culturais relacionados a esse fenômeno. A escola rural, não se restringe a um espaço utilizado para aprender conteúdos disciplinares, uma vez que para os alunos este local representa uma oportunidade de se encontrar e conviver com os amigos, bem como aprender a se relacionar com as diversas formas e diversidade deste espaço (Landin, 2022).

No entanto, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, para os jovens as maiores influências estão em casa, considerando os pais e responsáveis, que significam 86%, da influência em decisões futuras, seguidos de amigos de suas rodas e bolhas sociais e por fim, os professores que significam 2%.

Nesse contexto, de acordo com Sobrosa (2015), a família tem um papel essencial, uma vez que possibilita ao jovem a construção de valores e crenças sobre si e sobre o mundo, inclusive sobre os aspectos relacionados ao caminho profissional que ele deseja percorrer. Nesta pesquisa, mais da metade, dos estudantes afirmaram que dialogam com frequência sobre o futuro com seus familiares, no entanto, 10 alunos, alegam não ter essa comunicação constante em seu ambiente familiar (Figura 9).

Figura 9. Pessoas que influenciam nas decisões futuras



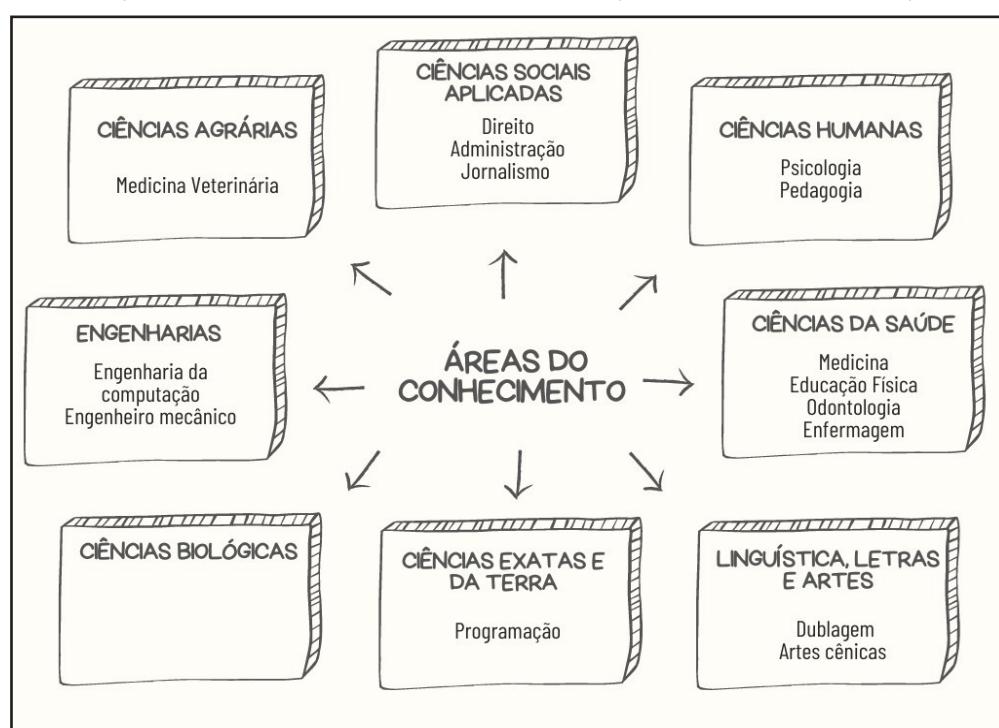
Fonte: autores (2024)

A escolha profissional pode ser entendida como a decisão sobre o que fazer em termos ocupacionais e a pessoa que se deseja ser no futuro. Trata-se de um processo contínuo, composto por uma série de decisões tomadas ao longo da vida (Filomeno, 2012). Os jovens quando questionados a respeito de seu futuro profissional, a maioria relatou que desejam ingressar no ensino superior e possuir diplomas, nas mais diferentes áreas. Por este motivo, essa sistematização de dados, se optou por categorizar as respostas de acordo

com as áreas do conhecimento da CAPES (Figura 10). Vale destacar que tendo em vista a vivência em área rural, dentro das ciências agrárias, apenas o curso de Medicina Veterinária foi mencionado por um quantitativo de três participantes da pesquisa. Das demais áreas do conhecimento, apenas a área das ciências biológicas não obteve escolhas por parte dos questionários. Às áreas que mais foram mencionadas nas escolhas futuras pelos alunos, foram áreas profissionais das ciências da saúde e humanas.

Houve também, um quantitativo de estudantes que expressaram o desejo de não continuar os estudos no ensino superior ao concluírem o ensino médio, e pretendem ingressarem diretamente no mercado de trabalho. Os planos incluem abrir o próprio negócio, concurso público para áreas da segurança pública e cursos técnicos profissionalizantes, com objetivo de atuação nas grandes indústrias. Apenas dois estudantes relataram estar ainda indecisos a respeito de qual decisão tomar em relação ao que deseja e qual caminho profissional seguir.

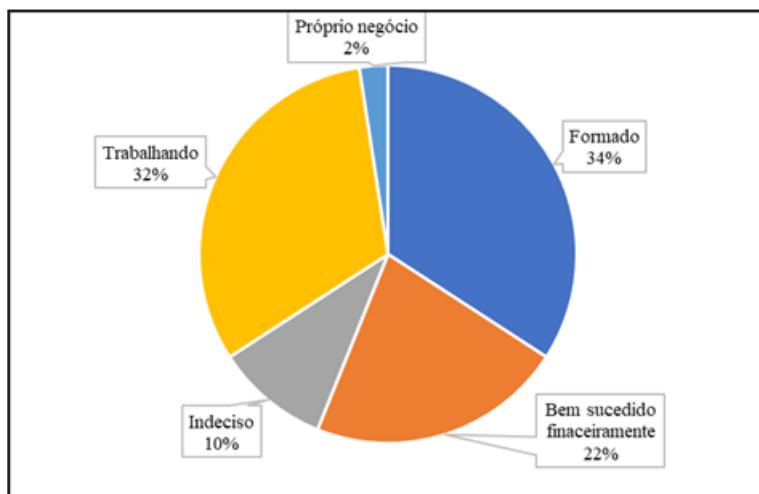
Figura 10. Esquema da área do conhecimento das profissões escolhidas pelos alunos



Fonte: autores (2024)

Contudo, a Figura 11, demonstra a situação em que cada um se enxerga numa projeção futura em um espaço temporal de 10 anos, e neste sentido, 90% dos participantes alegaram desejar conquistar seus sonhos, serem bem-sucedidos e ter uma vida confortável principalmente no que se refere à questão financeira.

Figura 11. Projeção para o recorte temporal de 10 anos de acordo com os entrevistados



Fonte: autores (2024)

Outros, foram sucintos em suas respostas desejando viajar o mundo, seguir carreira no esporte, carreira nas forças armadas, e alguns apenas se veem trabalhando, seja como dono seu próprio negócio ou assalariado.

Para Breitenbach e Corazza (2017), o ensino médio é importante na vida dos jovens rurais, e ao concluírem esse período escolar, é necessário decidir qual profissão seguir. É nesse momento que escolhem se vão cursar o ensino superior e, em caso afirmativo, qual curso seguir. Eles podem optar por uma área ligada ao agronegócio ou escolher uma carreira em outra área. As pesquisas de Carneiro e Castro (2007), a respeito dos projetos profissionais de jovens rurais, dialogam com os resultados obtidos nesta pesquisa, à medida que mostram que grande parte dos jovens, principalmente, aqueles com idade acima de 18 anos, ao prospectar profissões futuras, optam por profissões da área da saúde e da educação, tais como professores, diretores de escolas, enfermeiras e agentes da saúde.

4 CONCLUSÕES

Ao se propor analisar os fatores que contribuem na definição do projeto de vida dos estudantes do ensino da rede de educação básica e ensino médio de áreas rurais de São Luís/MA, essa pesquisa identificou, que para os alunos do Centro de Ensino Lúcia Chaves em Vila Esperança, apesar de majoritariamente reconhecerem a vivência em área rural, apenas uma das famílias exerce ou tem como principal fonte de renda a agricultura. Apesar disso, uma parcela dos participantes, já iniciou alguma experiência de atividade dentro do setor do campo, como uma horta, ou a criação de animais. Tais experiências podem ser aprofundadas através de novos estímulos a exemplo, de ações de extensão nas escolas que destaquem e incentivem tais experiências, além de oportunidades ofertadas por meio de políticas públicas referentes ao crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e a comercialização agrícola, por meio da Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Referente aos fatores que contribuem para decisão de saída ou permanência da área rural, apesar de alguns destacarem pontos positivos da vivência rural, como uma vida mais tranquila e o contato com a natureza, a maioria não consegue ver perspectivas de melhorias na localidade, sobretudo no que tange a falta de oportunidades, ausência de infraestrutura como saneamento básico, dificuldade de acesso e as condições ruins de comunicação. Ao prospectar o futuro, evidenciou-se que a maioria deseja ingressar no ensino superior, e as

principais áreas mencionadas foram da Ciências da Saúde e as Ciências Humanas.

Com isso, nota-se que a família, juntamente com a educação e o apoio institucional são cruciais para a formação de projetos de vida dos jovens rurais, apesar dos mesmos perceberem a influência familiar como o principal ponto de apoio neste processo de decisão a respeito do futuro. Para pesquisa futuras, indica-se a necessidade de aprofundar as discussões trazendo problematizações a respeito da educação do campo e a origem dos professores que atuam nas áreas rurais. Nesse sentido, é pertinente salientar que os resultados desta pesquisa, subsidiaram a formulação de um projeto de extensão, aprovado por meio de um edital de apoio às ações de extensão da Pró-reitora de Extensão e Assuntos Estudantis, da Universidade Estadual do Maranhão. O projeto consiste em ações pedagógicas que irão culminar na implementação de uma horta nesta mesma escola. A ideia é desenvolver experiências que oportunizem e fortaleçam suas identidades e vínculos, por meio de palestras, oficinas, dinâmicas, criação de conteúdos e com a implementação da horta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. G.G.; MAGALHÃES, A.S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, jul.-dez, Vol. 12, No. 2, 205-214. 2011.
- BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos**. Disponível em https://www.academia.edu/1981884/AS_POL%C3%88DTICAS_P%C3%9ABLICAS_PAR_A_J_UVENTUDE_RURAL_NO_BRASIL_APONTAMENTOS_INICIAIS_SOBRE_O_PROCESSO_DE_CONSTITUI%C3%87%C3%83O_DESSE_. Acesso em: 15 mai 2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Famílias e Filhos no Brasil. Brasília**: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatose-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Manual operacional de Educação Integral**. Brasília, 2012.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 29, p. 9, 2017.
- CARNEIRO, M. J.. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007.
- CARNEIRO, M. J.. **Juventude rural, cultura e identidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179–208, 2009.
- DIAMOR, S. S.; SUDRÉ, C. A. G. W. Sucessão Familiar em Propriedades Rurais Familiares no Município de Londrina-PR. Gestão e Sociedade, v. 15, n. 42, p. 4236-4256, 2021. Disponível em: <<https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/3412>> Acesso em: 21
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- INEP. Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aces>>

so-a-informacao/dados-abertos/sinopses- estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Luís – MA**. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis>. Acesso em: 5 maio 2025.

LANDIN, E. A. Relato de experiência: reflexões acerca da evasão escolar rural. **Ensino em Perspectivas**, [S. I.], v. 3, n. 1, p. 1-9, 2022.

KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L. L. da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p. 133- 143, 2015.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN et al. (org.). Brasília: Embrapa, p.1082-1089, 2014.

MENEZES, M.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

NOTTAR, L. A.; FAVRETTO, J. A Determinação dos Jovens Rurais e a Sucessão Na Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 343-358, 2021.

PEREIRA, M. de P.. **Juventude rural e agricultura familiar no Maranhão: permanências, mobilities e identidades**. São Luís: EDUFMA, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa Van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021.

QUEIROZ, L. M. S. **A emergência do projeto de vida no ensino médio em tempo integral no Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2022

SANTANA, R. P. **ANÁLISE SOBRE 1 ANO DE PANDEMIA**: reflexões sobre a saúde pública aos casos de covid-19 na zona rural de São Luís – MA. Dissertação (Mestrado) - Programa de 28 Pós- Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

SCHWENDLER, S. F. **Juventudes rurais e agroecologia: práticas, experiências e resistências no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOBROSA, G. M. R. et al. Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, MG. Vol. 21, n. 2 (ago. 2015), p. 314-333., 2015.

STOBIENIA, A. G. dos S.. **Sucessão Rural**: barreiras e facilitadores do processo sucessório em empreendimentos rurais familiares. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Naviraí, 2023.

STROPASOLAS, V.L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: **Juventude Rural e políticas públicas no Brasil**. MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L, BARCELLOS, S. B (Org.). Brasília: Presidência da República, 2014.

VELHO, G. O grupo e seus milites. In: VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3 ed, 2003, 106-113.

VIEIRA, J. P. L.; BAHIENSE, D. V.; SILVA, S. M. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 89-103, 2019

